

BIOECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE VS. RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CIENTÍFICA E TERRITORIAL DA AMEAÇA DE ATERRO SANITÁRIO NO BAIXO ACARÁ (PA)

Wanessa Dias Fonseca [1]
Gloriane Fonseca Braga[2]
Silvia Leticia da Costa Azevedo[3]
Evelyn Suzana Bouth Lopes[4]
Natalia Guarino Souza Barbosa[5]

Resumo

O Baixo Acará, localizado no Nordeste Paraense, constitui-se como um território de altíssima relevância para a sociobiodiversidade amazônica, atualmente sob severa ameaça devido ao projeto de instalação de um aterro sanitário de grande porte. O presente trabalho tem como objetivo central analisar os riscos biológicos, hidrológicos e sociopolíticos decorrentes deste empreendimento, fundamentando a análise na categoria teórica do racismo ambiental. Parte-se da premissa de que a ciência que ignora a voz e a existência do povo é uma ciência desumanizada e ferramenta de opressão institucional. Através de uma metodologia qualitativa, baseada em análise normativa das resoluções do CONAMA, revisão bibliográfica e observação participante da autora — nativa do território e acadêmica de Ciências Biológicas — investigam-se as graves falhas no processo de licenciamento e os impactos químicos nos recursos hídricos essenciais para a produção de açaí e para a pesca artesanal. Conclui-se que a fragilidade hidrogeológica da área, somada à exclusão deliberada das comunidades das audiências públicas, torna o projeto tecnicamente inviável e socialmente ilegítimo. O estudo reafirma a necessidade premente de fortalecer a bioeconomia local e a soberania alimentar como estratégias fundamentais de resistência territorial e preservação da vida.

[1] Graduanda em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, Universidade FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA (wanessadufra@gmail.com).
[2] Graduanda em AGRONOMIA, universidade FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA (globragatt@gmail.com).
[3] Graduanda em AGRONOMIA, universidade FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA (silvia.azevedo@discente.ufra.edu.br).
[4] Graduanda em ENGENHARIA AMBIENTAL E ENEGIAS RENOVÁVEIS, universidade FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA (evelynbouth@gmail.com).
[5] Doutora em AGRONOMIA, Orientador, Professora Conselheira Enactus-UFRA, universidade FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (natalia.barbosa@ufra.edu.br).

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Amazônia; Aterro Sanitário; Bioeconomia; Territorialidade

Abstract

The Baixo Acará region, located in Northeastern Pará, constitutes a territory of high relevance for Amazonian sociobiodiversity, currently under severe threat due to the proposed installation of a large-scale sanitary landfill. This paper aims to analyze the biological, hydrological, and sociopolitical risks arising from this enterprise, basing the analysis on the theoretical category of environmental racism. It starts from the premise that science that ignores the voice and existence of the people is a dehumanized science and a tool of institutional oppression. Through a qualitative methodology, based on a normative analysis of CONAMA resolutions, a bibliographic review, and participant observation by the author — a native of the territory and a Biological Sciences student — this study investigates the serious flaws in the licensing process and the chemical impacts on water resources essential for acai production and artisanal fishing. It is concluded that the hydrogeological fragility of the area, combined with the deliberate exclusion of communities from public hearings, makes the project technically unfeasible and socially illegitimate. The study reaffirms the urgent need to strengthen the local bioeconomy and food sovereignty as fundamental strategies for territorial resistance and the preservation of life.

Palavras-chave: Environmental Racism; Amazon; Landfill; Bioeconomy; Territoriality.

INTRODUÇÃO

A região do Baixo Acará, situada no Nordeste Paraense, configura-se como um território de importância estratégica para a manutenção da sociobiodiversidade amazônica. Composta por um mosaico de ecossistemas que interligam florestas de várzea, sistemas hídricos complexos e áreas de produção da agricultura familiar, a localidade sustenta dezenas de comunidades ribeirinhas e quilombolas. Historicamente, este território consolidou uma identidade pautada na

relação harmônica com os recursos naturais. No entanto, essa integridade encontra-se sob ameaça devido à proposta de instalação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Metropolitana, pela empresa Ciclus Amazônia. O projeto prevê o desmatamento de 100 hectares e a deposição de resíduos que podem atingir 40 metros de altura, ignorando a sensibilidade ambiental da área. Diante disso, este estudo objetiva analisar os riscos biológicos e sociopolíticos dessa instalação, fundamentando-se na vivência comunitária e no acompanhamento dos fatos recentes que mobilizaram a região. Sob essa ótica, a análise deste conflito territorial evidencia como a referida instalação colide com a Agenda 2030 da ONU. O empreendimento afronta diretamente o ODS 15 (Vida Terrestre), ao projetar a supressão de vegetação nativa e ameaçar a integridade dos recursos hídricos. Ademais, ao destinar os rejeitos da região metropolitana a territórios de populações tradicionais, o processo acentua disparidades socioambientais, contrariando as diretrizes do ODS 10 (Redução das Desigualdades).

REVISÃO DA LITERATURA

A fundamentação teórica que sustenta a análise do território do Baixo Acará parte da compreensão de que a integridade dos ecossistemas amazônicos é um elemento indissociável das práticas tradicionais de manejo. Como bem estabelece Silva (2020), a conservação da biodiversidade regional não ocorre de forma isolada, mas é fruto de uma construção histórica de territorialidade ancestral, onde comunidades ribeirinhas e quilombolas atuam como guardiãs de um mosaico de ecossistemas complexos. Essa relação harmônica entre o homem e a natureza define o que a literatura contemporânea denomina como sociobiodiversidade, uma categoria que reconhece o valor intrínseco dos conhecimentos tradicionais na manutenção da floresta em pé e dos sistemas hídricos.

Entretanto, a imposição de grandes projetos de infraestrutura, como a Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Metropolitana, introduz uma lógica de exploração que ignora essas dinâmicas locais. A escolha de áreas ocupadas por populações historicamente vulnerabilizadas para a alocação de passivos ambientais — como uma montanha de lixo

projetada para atingir 40 metros de altura em 100 hectares de cobertura vegetal — é um exemplo nítido de racismo ambiental. Segundo Almeida (2013), o racismo estrutural se manifesta na distribuição desigual dos riscos ambientais, onde grupos marginalizados são forçados a arcar com o ônus da degradação em favor do conforto logístico dos centros urbanos. Esse fenômeno cria o que Filgueira (2021) define como "zonas de sacrifício", territórios cujas vidas e ecossistemas são considerados descartáveis ou secundários diante dos interesses do capital corporativo.

A resistência dessas comunidades, portanto, não se limita a uma oposição técnica ao aterro, mas representa a defesa de uma epistemologia territorial que se recusa a ser invisibilizada. Santos (2019) argumenta que o reconhecimento dessas formas de vida é essencial para romper com o império cognitivo que válida apenas a ciência institucional, frequentemente utilizada como ferramenta de opressão. No plano normativo, essa proteção é reforçada pela Resolução CONAMA nº 404/2008, que impõe critérios rigorosos de sensibilidade ambiental para o licenciamento de aterros, e pela Convenção 169 da OIT, que garante o direito à consulta prévia, livre e informada às populações tradicionais. A violação desses preceitos, somada à ameaça direta à soberania alimentar baseada no açaí (Euterpe oleracea) e na pesca, configura um cenário de grave insegurança biológica e social para o povo do Acará.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico desta pesquisa estruturou-se sob uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão de um fenômeno socioambiental complexo em curso no Nordeste Paraense. A investigação fundamentou-se, inicialmente, em um robusto levantamento bibliográfico e documental, com foco na análise técnica e de conteúdo das normativas ambientais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, priorizou-se o exame detalhado das Resoluções CONAMA nº 404/2008, que estabelece diretrizes para o licenciamento de aterros sanitários, e a Resolução CONAMA nº 508/2025,

buscando identificar possíveis inconsistências entre as exigências legais de proteção aos ecossistemas sensíveis e a proposta de instalação da CTR Metropolitana no Baixo Acará. Complementarmente, a pesquisa baseou-se no acompanhamento sistemático de registros públicos, relatórios técnicos e denúncias formais protocoladas por comunidades tradicionais. Esse monitoramento incluiu a análise de atas e vídeos das audiências públicas promovidas para o licenciamento do empreendimento, permitindo identificar as dinâmicas de poder envolvidas no processo. Segundo Queiroz et al. (2007), o acompanhamento rigoroso de fatos sociais e de manifestações coletivas é um instrumento metodológico essencial, pois permite ao pesquisador captar as subjetividades, os conflitos e os significados profundos que os sujeitos atribuem aos seus espaços de vida e de reprodução cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da realidade territorial do Baixo Acará revela que a riqueza da região não se mensura apenas em termos biológicos, mas na profunda conexão entre o solo produtivo e a identidade das populações tradicionais. O impacto socioeconômico da instalação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) atinge diretamente este modo de vida ancestral, com destaque para o Quilombo Meninos Jesus e outras comunidades ribeirinhas. Através do registro fotográfico realizado nesta pesquisa, observa-se a vitalidade de culturas perenes e sazonais, como o açaí, a mandioca e o cupuaçu. Essas espécies não são meros produtos agrícolas; elas constituem a base da soberania alimentar e da resistência quilombola, representando o suporte físico de centenas de famílias que dependem do extrativismo e da agricultura familiar.

Figura 1: Exposição da agrobiodiversidade

Local em feira do Baixo Acará.



Fonte: Autora

Figura 2: Produção extrativista

Local do Açaí



Fonte: Autora

A paisagem, composta por mosaicos de roças e açaizais, contrasta drasticamente com a proposta de um depósito de resíduos de 40 metros de altura espalhado por 100 hectares de floresta desmatada. Como aponta Filgueira (2021), o racismo ambiental opera justamente na tentativa de invisibilizar essas espacialidades, tratando territórios vivos como se fossem "vazios demográficos" ou zonas aptas ao sacrifício biopolítico. A importância do solo e da água aqui é absoluta: trata-se de um sistema de manutenção de vida que garante que o alimento chegue à mesa livre da toxicidade de passivos ambientais. A instalação do aterro ameaça a pureza desses alimentos através da bioacumulação de poluentes provenientes do lixiviado (chorume). Como as comunidades utilizam a água dos igarapés para a pesca artesanal e para a limpeza e processamento dos frutos, qualquer contaminação hídrica invalida a certificação orgânica natural da produção local.

Portanto, as imagens de igarapés cristalinos e da produção local anexadas a este trabalho servem como prova material de um patrimônio ambiental que o "PL da Devastação" e as decisões judiciais recentes parecem ignorar em favor da logística de resíduos da capital. A água dos igarapés, como os rio Acará, emerge como o sangue que irriga este corpo territorial. Contudo, essa integridade está sob ataque por manobras institucionais que buscam silenciar a resistência local. A fragilidade democrática no licenciamento atingiu um ponto crítico com a validação judicial de audiências públicas marcadas por episódios de violência física, repressão policial e segurança privada, resultando em pessoas feridas e barradas de participar do debate.

A estratégia de exclusão foi aprofundada com a convocação de uma audiência pública em formato virtual, realizada no último dia 6 de março, atendendo a uma decisão do desembargador Luiz Gonzaga Neto, do TJPA. Conforme discute Porto-Gonçalves e Cruz (2024), a imposição de debates online em territórios rurais da Amazônia configura uma barreira tecnológica deliberada. Grande parte das comunidades impactadas possui sérias dificuldades de acesso à internet, e o Estado não proveu orientações ou condições para a participação digital. Esta manobra transferiu o debate para uma plataforma excludente, impossibilitando que os principais afetados manifestem suas preocupações sobre a contaminação de suas águas e solos.

As imagens do açaizal apresentadas neste estudo não são meras ilustrações, mas o testemunho visual de uma riqueza que a ciência oficial muitas vezes se nega a ver. Validar tecnicamente um processo socialmente violento, que ignora o indeferimento inicial da SEMAS por falta de análises ambientais coerentes sobre os impactos nos rios, demonstra o uso da burocracia como ferramenta de silenciamento. O valor econômico da produção limpa e da dignidade humana de lideranças como Dona Maria dos Anjos, de 85 anos, que segue firme na defesa do território, supera qualquer compensação financeira. Fica reafirmado que a solução para os resíduos de nove municípios da Região Metropolitana não pode ser fundamentada no sacrifício do Baixo Acará e de seu povo (CPT, 2024).

Figura 3: Sistema produtivo de açaizal nativo
Do Baixo Acará.



Fonte: Autora

Figura 4: Igarapé local, fonte hídrica

Dos açaizais



Fonte: Autora

CONCLUSÃO

Em última análise, o conflito no Baixo Acará expõe as vísceras do racismo ambiental estrutural. A validação de audiências públicas marcadas por violência e a posterior migração para o formato digital demonstram um total descompasso entre as instituições judiciárias e a realidade amazônica. Não se pode aceitar que a 'conformidade técnica' de um EIA/RIMA seja usada para silenciar a voz de lideranças como Dona Maria dos Anjos e de tantos outros quilombolas que defendem suas terras. A ciência biológica, deve servir como ferramenta de denúncia dessa injustiça. A solução para o lixo de Belém deve passar pela redução na fonte e pela logística reversa, e nunca pela destruição de 100 hectares de floresta e pela ameaça aos igarapés de quem produz o alimento que sustenta o Pará. A resistência no ginásio e o fechamento das avenidas são o grito de um território que se recusa a ser transformado em depósito de passivos ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. Racismo Estrutural. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2013. (Coleção Feminismos Plurais).

BARDIN, L. Análise de conteúdo. trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 280 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 404, de 11 de novembro de 2008. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental simplificado de sistemas de disposição de resíduos sólidos urbanos de pequeno porte. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 220, p. 96-97, 12 nov. 2008.

CICLUS AMAZÔNIA. Comunicado oficial: continuidade da Audiência Pública CTR Metropolitana. Belém: Ciclus Ambiental, 2026. 1 documento digital. Disponível em: canal oficial da empresa. Acesso em: 11 mar. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2024. Coordenação de Isolete Wichinieski et al. Goiânia: CPT Nacional, v. 39, n. 1, p. 45-62, 2024.

COSTA, W. L. L. Contaminação de Aquíferos por Lixiviados de Aterros Sanitários. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, v. 1, p. 112-145, 2011.

GEIBEL, V. Povos quilombolas do Acará e Bujaru defendem suas terras contra a invasão de aterros sanitários. Esquerda Diário, Pará, Edição do dia, 10 mar. 2026. Seção Crise Ecológica.

FILGUEIRA, A. S. Biopolítica e Territórios de Sacrifício na Amazônia. Belém: Editora Universitária, v. 4, n. 2, p. 88-105, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CRUZ, T. Territorialidades e Conflitos por Água na Pan-Amazônia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, p. 210-235, 2024.

SANTOS, B. S. O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 34-58, 2019.

SILVA, J. M. Biodiversidade e Práticas Tradicionais na Amazônia Oriental. Belém: EDUFPA, v. 12, n. 3, p. 15-32, 2020.